

**SABERES IMPRESSOS, CORRESPONDÊNCIAS E EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS:** a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos<sup>1,2</sup>

**PRINTED KNOWLEDGE, CORRESPONDENCE AND SCIENTIFIC EXPEDITIONS:** the Maranhão captainship and the Erudite Reformism in 19th century.

**SABERES IMPRESOS, CORRESPONDENCIAS Y EXPEDICIONES CIENTÍFICAS:** la capitanía del Maranhão y el Reformismo ilustrado en el pasaje para el ochocientos.

MARCELO CHECHE GALVES

Doutor em História/Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão, Brasil.

[marcelocheche@ig.com.br](mailto:marcelocheche@ig.com.br)

**Resumo:** O artigo toma como ponto de partida a venda de impressos na Casa do Correio da cidade de São Luís do Maranhão, entre os anos de 1799 e 1801, inserindo-a nas diretrizes da política portuguesa de difusão dos conhecimentos científicos por intermédio da impressão, venda e distribuição de impressos. Tal política, sob o comando de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, contou com a decisiva atuação do frei José Mariano da Conceição Veloso, responsável pela tradução e impressão de grande número de obras: Veloso dirigiu a Casa Literária do Arco do Cego entre 1799 e 1801. Considero também os impressos que circularam fora da órbita do Arco do Cego, e que chegaram à capitania do Maranhão após serem submetidos ao crivo da Real Mesa Censória. Por fim, articulo esse conjunto de impressos às correspondências trocadas entre o governador da capitania, Diogo de Sousa, e o secretário Coutinho, cujos temas se pautavam na questão do conhecimento científico e nas múltiplas formas de desenvolvimento das potencialidades da capitania. Como exemplo-síntese dessas preocupações, analiso o contexto de organização e desenvolvimento da expedição científica chefiada por Vicente Jorge Dias Cabral e pelo padre Joaquim José Pereira, que explorou a capitania entre os anos de 1799 e 1802.

**Palavras-chave:** Maranhão. Reformismo Ilustrado. Impressos. Correspondências. Expedições Científicas.

**Abstract:** This text takes as starting point the sale of printed papers in São Luís' city post office between 1799 and 1801, inserting it in the Portuguese guidelines for politic of scientific knowledge diffusion trough distribution printing, sale and distribution of printed material. Such politic, under command of D. Rodrigo de Sousa Coutinho, State secretary of Navy and Overseas, counted with the decisive participation Friar José Mariano da Conceição Veloso, responsible for translations and printing of large amount of works: Veloso directed the Casa Literária do Arco do Cego between 1799 and 1801. I also consider the printed material that circulated out of Arco do Cego's frame and arrived at Maranhão captainship after approved by the Royal Censorial Table. At last, I articulate this group of printed material to the correspondences exchanged between the captainship governor Diogo de Sousa and the secretary Coutinho, which versed around the issues of scientific knowledge and the multiple ways of development of captainship potency. As example of these matters I analyze the context of organization and development of the scientific expedition guided by Vicente Jorge Dias Cabral and the priest Joaquim José Pereira, who explored the captainship between 1799 and 1802.

**Keywords:** Maranhão. Erudite Reformism. Printed material .Correspondences. Scientific Expeditions.

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em 14/09/2014 e aprovado para publicação em 26/10/2014.

<sup>2</sup> Uma versão inicial dessa discussão foi publicada com o título Cultura letrada na virada para os oitocentos: livros à venda em São Luís do Maranhão, nos Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal: ANPUH, 2013, p. 1-16. Esse texto é parte dos resultados de pesquisa do projeto O Maranhão em tempos de Reformismo Ilustrado: a correspondência trocada entre o governador D. Diogo de Sousa e o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que conta com o apoio do CNPq e da FAPEMA..

**Resumen:** El artículo presenta como eje de partida la venta de impresos en la Casa de Correos de la ciudad de São Luis, Maranhão, entre los años de 1799 y 1801, incluyendo venta y distribución de impresos en las directrices de la política portuguesa de difusión de los conocimientos científicos por intermedio de la impresión. Esta política, bajo el comando de D Rodrigo de Sousa Coutinho, secretario de *Estado de Marinha e Ultramar*, se fortaleció con la decisiva actuación del Frey José Mariano de Conceição Veloso, responsable por la traducción e impreso de gran número de obras: Veloso coordinó la Casa Literaria do Arco do Cego entre 1799 y 1801. Consideramos también los impresos que circularon externamente a Casa Literaria y que llegaron a la capitanía de Maranhão, tras la sumisión de la Real Mesa Censoria. En este artículo, es discutido el conjunto de impresos a las correspondencias tejidas entre el gobernador de la capitanía, Diogo de Sousa y el secretario Coutinho, cuyos temas se apoyaban en la cuestión del conocimiento científico y en las múltiples formas de desarrollo de las potencialidades de la capitanía. Como ejemplo síntesis de estas problematizaciones, se analiza el contexto de organización y desarrollo de la expedición científica comandada por Vicente Jorge Dias Cabral y por el Padre Joaquim José Pereira que explotó la capitanía entre los años de 1799 y 1802.

**Palabras clave:** Maranhão. Reformismo Ilustrado. Impreso. Correspondencias. Expediciones científicas.

## Introdução

Até a independência política do Brasil, o comércio de livros no Maranhão foi inteiramente nulo.

Jerônimo de Viveiros, *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954, p. 339, 2v.

A assertiva que dá início a este texto pertence a um dos mais importantes autores maranhenses do século XX. Já reconhecido à época pelos textos que produzira, Viveiros recebeu da Associação Comercial do Maranhão a incumbência de escrever “a história do comércio local”, tarefa que sistematizou em três volumes: dois publicados em 1954 e um terceiro, dez anos depois.

Ao tratar do comércio de livros, enfatiza de início sua nulidade, atribuída às restrições metropolitanas. Sobre a livraria da Casa do Correio, analisada adiante, dedicou dois parágrafos, concluindo que a mesma “não deu resultado” (p.341). O tom da narrativa modifica-se com o pós-Independência: já no ano de 1836, observa “a rapidez com que os maranhenses se afeiçoaram ao convívio de bons livros, no período de quinze anos” (p.343).

A operação historiográfica levada a cabo por Viveiros deita raízes numa escrita oitocentista que gradativamente opôs o novo corpo político a certo “obscurantismo metropolitano”, responsável, em última instância, pelo “atraso intelectual” da província, razão

precípua para que sua “adesão” ao projeto do Rio de Janeiro ocorresse “tardamente”, em 28 de julho de 1823.

Contudo, vale ressaltar que a nulidade do comércio livreiro não fora uma invenção de Viveiros. Em 1822, ao publicar a *Estatística Histórico-Geográfica da província do Maranhão*, Antonio Bernardino Pereira do Lago<sup>3</sup> observou a inexistência de lojas de livros em São Luís, informação repetida acriticamente por dezenas de autores que o sucederam, sem considerar a diversidade dos espaços em que os impressos poderiam ser vendidos.

Do ponto de vista da construção do “nacional” ao longo do oitocentos, a inexistência de lojas de livros na província até, pelo menos, o ano de 1822, pareceu reforçar a ideia de que “gerações de intelectuais” se sucederam somente a partir da década de 1830, fomentadas pela emancipação política e pelo desafio de estabelecer o “lugar do Maranhão” na História do Brasil<sup>4</sup>.

Essa perspectiva nacionalizante, de orientação iluminista, transformou o passado colonial (por vezes, nacional) em tempo obscuro de opressão contínua, com pouco espaço para o reconhecimento das diretrizes da política portuguesa do final do setecentos, cujos parâmetros remontam ao consulado pombalino<sup>5</sup>.

A criação de academias e a difusão de impressos que visavam integrar os representantes da intelectualidade luso-brasileira foram medidas tomadas em direção ao racionalismo, no sentido de fomento a uma cultura científica, capaz de reorganizar as diretrizes da experiência colonial. Iniciativas como a Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) compuseram os esforços para se mapear o Império português e explorá-lo a partir de outras bases.<sup>6</sup> Tratava-se agora, segundo Robert Wegner, de redirecionar o papel do Estado,

---

<sup>3</sup> *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001, p. 77.

<sup>4</sup> Em outro trabalho, observei que o livro *O Pantheon Maranhense*, escrito por Antonio Henriques Leal entre os anos de 1873 e 1875, em louvor aos “maranhenses ilustres já falecidos”, demarcou as décadas de 1810 e 1820 como o momento em que os “vultos” maranhenses, em sua maioria egressos de Coimbra, começaram a circular pela cidade de São Luís, consolidando um “ambiente intelectual” a partir da década seguinte, cristalizado pela historiografia maranhense, como o tempo de formação de sua primeira geração de intelectuais. Cf. GALVES, Marcelo Cheche. Os percursos da memória: construções biográficas sobre Odorico Mendes e Garcia de Abranches. In: COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche. *Maranhão: ensaios de biografia e história*. São Luís: Café & Lápis / Editora UEMA, 2011, p. 398-418.

<sup>5</sup> É conhecida a compreensão de Fernando Novais quanto às persistências e desdobramentos da política pombalina, até a crise final do Antigo Regime português. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 132. Para uma discussão historiográfica sobre “luzes e sombras” no período mariano, ver CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário “sem livros não há instrução”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999, p. 15-49.

<sup>6</sup> Maria Odila da Silva Dias compreendeu a ação da coroa portuguesa de publicar memórias a partir de 1770, principalmente ligadas às ciências naturais, como “fruto de uma política consciente e preocupada em fomentar a produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal”. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.278, jan - mar de 1968, p. 112.

“de agente econômico e político para o de agente cultural ou mesmo pedagógico. A divulgação científica poderia levar à implantação de novas técnicas e até incentivar seu aperfeiçoamento e sua adaptação às condições locais”<sup>7</sup>.

Na virada para o oitocentos, dois personagens ocuparam lugar de destaque nesse redirecionamento: D. Rodrigo de Sousa Coutinho e frei José Mariano da Conceição Veloso<sup>8</sup>. À época secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Coutinho era um entusiasta das novidades científicas do tempo, especialmente aquelas aplicáveis ao Império português, pensado a partir do que Diogo Ramada Curto definiu como “uma cultura política que concebe os domínios portugueses na Europa, Ásia, África e em especial o Brasil, como uma unidade, um ‘sistema político’, no qual o Reino é apenas ‘a capital e o centro’<sup>9</sup>.”

A importância que atribuía ao Brasil fez com que Coutinho buscasse integrar os letrados desse lado do Atlântico aos projetos do Império português; ao mesmo tempo, vivia os desafios dessa integração, ainda impactada pelas insatisfações, recentemente transformadas em rebeliões, como a Inconfidência Mineira e a Baiana. Dentre os “brasileiros” que estiveram ao lado de Coutinho, destaca-se o frei Veloso, nascido em Minas Gerais e, posteriormente, reconhecido como “um dos principais nomes da ciência e da tecnologia do império português entre o final do Setecentos e o início do século XIX”<sup>10</sup>.

Veloso dirigiu a Casa Literária do Arco do Cego no período de pouco mais de dois anos em que esteve em funcionamento, entre os anos de 1799 e 1801. Antes, entre 1797 e 1798, fora incumbido por Coutinho de compilar e traduzir para a língua portuguesa memórias que visassem melhoramentos, especialmente, para os “estabelecimentos do Brasil”<sup>11</sup>. O sucesso em tal empreitada parece tê-lo habilitado ao posto de diretor do Arco do Cego. Ao longo desses anos participou, direta ou indiretamente, da impressão de 140 publicações –

<sup>7</sup> Livros do Arco do Cego no Brasil colonial. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos* [online]. 2004, vol.11, suppl.1 [cited 2013-03-06], p. 135. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702004000400007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000400007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 jun. 2014.

<sup>8</sup> Nascido em Minas Gerais, Veloso transferiu-se para Portugal em 1790, com o objetivo de publicar a *Flora Fluminense*, resultado de pesquisas realizadas entre os anos de 1783 e 1790 sobre a flora da capitania do Rio de Janeiro. Contudo, e talvez pelos custos da impressão, esse projeto de publicação fracassou, e os diversos volumes da obra só foram impressos a partir de 1825, catorze anos após a sua morte.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 26.

<sup>10</sup> LUNA, Fernando J. Frei José Mariano da Conceição Veloso e a divulgação de técnicas industriais no Brasil colonial: discussão de alguns conceitos das ciências químicas. *Hist. cienc. Saúde-Manguinhos* [online]. 2009, vol.16, n.1 [cited 2013-03-06], p. 147. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702009000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 jun. 2014

<sup>11</sup> Ver. LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve itinerário editorial: Do Arco do Cego à Imprensa Régia. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário “sem livros não há instrução”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999, p. 77-90.

antes e depois da Casa Literária do Arco do Cego<sup>12</sup> – sistematizadas sob a organização de Fernanda Maria Guedes de Campos, na edição comemorativa dos 200 anos de criação da Casa. Na mesma edição, Manuela Domingos realizou um balanço das atividades da Casa e definiu sua contribuição:

(...) trouxe temas do Brasil à primeira linha das preocupações culturais da metrópole, forneceu instrumentos de trabalho para o futuro; implantou um bem civilizacional novo, com a expansão até então nunca vista, da divulgação viva, pelo auxílio inestimável da imagem, verdadeira marca desses tempos e dos vindouros.<sup>13</sup> (grifo meu).

Mais do que “trazer temas do Brasil”, essa experiência literária abriu novas possibilidades para os letrados nascidos no Brasil – o próprio frei Veloso, ressalta-se, nascera em Minas Gerais. Nesse sentido, Maria Odila da Silva Dias, três décadas antes, já chamava a atenção para a similitude das atitudes relativas ao conhecimento nos dois lados do Atlântico, observando que os estudiosos brasileiros do final do século XVIII, muitos deles egressos de Coimbra, imbuíram-se do mesmo estado de espírito, participando do novo momento da política colonial portuguesa: “o fomento e a difusão dos estudos naturais na colônia, até então tidos como ‘suspeitos e ignóbeis’, constituía fenômeno inteiramente revolucionário, se o confrontamos com os moldes do ensino jesuítico que predominava até o momento”<sup>14</sup>.

A cidade de São Luís, sede administrativa da capitania do Maranhão e Piauí, não viveu a experiência de academias ou sociedades literárias no período em questão, tampouco foi possível perceber a integração dos letrados radicados na capitania a projetos luso-brasileiros de desenvolvimento das potencialidades da capitania. Na relação das publicações vinculadas à Casa Literária do Arco do Cego – muitas delas de autoria de letrados nascidos no Brasil - não encontrei autores locais ou estudos sobre o Maranhão, ausência sintomática, embora existisse um número significativo de moradores da capitania frequentando academias portuguesas e as cadeiras da reformada Universidade de Coimbra<sup>15</sup>. Registre-se, apenas, a breve *Memória que contém a descrição problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de S. Luiz do Maranhão*, escrita pelo padre Joaquim José Pereira, em 1798,

<sup>12</sup> Desse total, 83 títulos foram impressos na Oficina do Arco do Cego, entre 1799 e 1801. Os demais títulos, impressos em outras tipografias, compuseram de algum modo o projeto de divulgação científica, capitaneado especialmente por Rodrigo de Sousa Coutinho e pelo frei José Mariano da Conceição Veloso, antes e após a experiência do Arco do Cego.

<sup>13</sup> Mecenato político e economia da edição nas oficinas do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário “sem livros não há instrução”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999, p. 106.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 115.

<sup>15</sup> Entre 1772 e 1825, dezenas de estudantes nascidos na capitania do Maranhão frequentaram a Universidade de Coimbra. Uma relação parcial com esses nomes pode ser consultada em GALVES, Marcelo Cheche. “*Ao público sincero e imparcial*”: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2010, p. 344.

narrando sua viagem pelos sertões de Pernambuco até o Maranhão<sup>16</sup>. Voltarei ao personagem adiante.

Contudo, a distribuição e venda de impressos na Casa do Correio na cidade de São Luís aponta para outra forma de integração, realizada por intermédio da difusão dos conhecimentos sistematizados e publicados naquele momento. Nas linhas que seguem, a circulação desses impressos será integrada a uma espécie de circuito, composto também pelas correspondências trocadas entre autoridades sobre conhecimentos científicos e pela expedição exploratória chefiada por Vicente Jorge Dias e Cabral e pelo padre Joaquim José Pereira.

### **No Maranhão, impressos à venda ou distribuídos gratuitamente**

Em 28 de julho de 1798, o governador do Maranhão D. Fernando Antonio Soares de Noronha informava ao secretário D. Rodrigo de Sousa Coutinho que fizera repartir entre os habitantes do Maranhão noventa exemplares trazendo instruções sobre a cultura e a manipulação do açúcar. A iniciativa parecia nova<sup>17</sup>.

Poucos dias depois, em 3 de outubro de 1798, Noronha fora substituído por Diogo de Sousa. Formado em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra, Diogo de Sousa tinha o perfil acadêmico característico dos homens escolhidos por Coutinho para ocuparem postos no ultramar. O intuito era reorganizar a condução do Império português, especialmente na América. Tratava-se, nas palavras de Alex Gonçalves Varela, de estabelecer a associação entre os “homens da política” e os “homens da ciência”<sup>18</sup>.

A partir de então, intensifica-se a troca de correspondência entre a secretaria de Estado e o governo da capitania, incluindo aquela que orientava a distribuição e venda de impressos. É importante observar que essa intensificação da comunicação entre as autoridades pertencia a um momento em que também se criava e regulamentava o serviço de Correios para as capitanias do Brasil, por intermédio do Alvará Régio de 20 de fevereiro de 1798. Pelo

---

<sup>16</sup> PEREIRA, Padre Joaquim José (1798). Memória que contém a descrição problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de S. Luiz do Maranhão... *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XX, 1857, p. 165-169. A narrativa foi “dirigida e consagrada” ao Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho.

<sup>17</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Maranhão (MA), Projeto Resgate, D. 8.019.

<sup>18</sup> Expressões utilizadas pelo autor em alusão à arregimentação de José Bonifácio por Sousa Coutinho para assumir importantes cargos no Império português. Livros, leituras, impressos, bibliotecas e coleções na trajetória do naturalista e homem público José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1838). In: FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz; RIBEIRO, Gladys Sabina; e GONÇALVES, Monique de Siqueira (Orgs). *O Oitocentos entre livros, livrinhos, impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 17.

mesmo Alvará, determinava-se a autoridade da Repartição da Marinha e do Ultramar sobre tais serviços – lembre-se que tal órgão era comandado por Sousa Coutinho.

Em fevereiro de 1799, o novo governador informava a Coutinho que pusera a venda “na Caza do Correio desta cidade” 80 exemplares do *Mercúrio Britânico*,<sup>19</sup> enviados pelo secretário para serem vendidos a 300 réis o exemplar. Note-se aqui a convergência entre uma política de difusão do conhecimento, a nomeação de um novo governador (afinado com essa política) e a criação de um espaço público reservado a duas novidades: o envio / recebimento de correspondências regulares e a venda de impressos. Registre-se ainda que na mesma remessa do *Mercúrio Britânico*, chegaram 25 exemplares da *Memória sobre a plantação dos algodões*,<sup>20</sup> para serem vendidos a 120 réis, e 90 exemplares do segundo tomo de *O Fazendeiro do Brasil*,<sup>21</sup> ao preço de 1.000 réis – ambos impressos em 1798, o que revela a celeridade da difusão<sup>22</sup>.

Também por outros indícios, é possível apontar o início de 1799 como o momento em que a Casa do Correio passa a funcionar como local para a venda de livros. No primeiro esboço de prestação de contas dos impressos vendidos, enviado por Diogo de Sousa a Rodrigo Coutinho em 19 de junho de 1800, consta a informação de que se refere ao período “de 20 de fevereiro a 26 de dezembro de 1799”<sup>23</sup>.

Durante o ano de 1799, há registros de recebimento de uma nova remessa do *Mercúrio*,<sup>24</sup> em agosto, e de dez exemplares do *Curso de estudos para o uso do comércio*, em dezembro, a serem vendidos por 1\$200 réis cada exemplar<sup>25</sup>.

Em outubro de 1800, Luiz da Rocha Compasso, administrador do Correio, enviou ao governador mais informações sobre o montante de impressos vendidos<sup>26</sup>. A tabela a seguir aproxima as informações sobre recebimento e venda de impressos pela Casa do Correio para os anos de 1799/1800:

<sup>19</sup> O *Mercúrio Britânico* já era comercializado na capitania. Em 1795, João Baptista Reycend, conhecido mercador de livros radicado em Portugal, informava o envio para São Luís de “vários exemplares do Mercúrio desta Corte tanto do ano passado como deste”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Fundo Real Mesa Censória (RMC), caixa 159.

<sup>20</sup> Escrito por José de Sá Betencourt, essa referência consta na edição comemorativa já citada, sendo classificada como parte da produção impressa sob a influência daqueles que posteriormente criaram a Casa Literária do Arco do Cego. Ver CAMPOS. *Ibid.*, p. 199.

<sup>21</sup> Série de dez volumes de autoria do frei José Mariano da Conceição Veloso, impressos entre 1798 e 1806. *Idem.*, p. 234.

<sup>22</sup> AHU-MA, D. 8.242.

<sup>23</sup> AHU-MA, D. 8.698.

<sup>24</sup> O documento informa o envio dos números 3 ao 13 do referido impresso, mas não faz referência às quantidades. AHU-MA, D. 8.386.

<sup>25</sup> AHU-MA, D. 8.490.

<sup>26</sup> AHU-MA, D. 8.799.

**Tabela 1 - Contabilidade da venda de livros da Casa do Correio – 1799<sup>27</sup>**

<b>Título</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Preço unitário (em réis)</b>	<b>Valor total (em réis)</b>	<b>Vendidos</b>	<b>Valor arrecadado (em réis)</b>
O Fazendeiro do Brasil (l)	1798	190 <sup>28</sup>	1\$000	190\$000	8 <sup>29</sup>	8\$000
Memória sobre a plantação de algodões (f)	1798	75	120	9\$000	5	600
Memória sobre a caneleira (f)	1797	50	80	4\$000	1	80
Memórias e extratos sobre a pipereira negra (f)	1798	200	160	32\$000	3	480
Memória sobre a cultura do loureiro cinamomo (f)	1798	100	160	16\$000	3	480
Memória sobre o método econômico de transportar para Portugal a aguardente do Brasil (f)	1798	20	160	3\$200	4	640
Extrato sobre o método de se preparar a potassa (f)	1798	100	160	16\$000	3	480
Extrato acerca do método de se fazer nitrato de potassa ou salitre (f)	1798	100	200	20\$000	3	600
Instrução sobre a combustão de vegetais (f)	Título não localizado	50	160	8\$000	3	480
Alographia dos alkalis fixos vegetal ou potassa, mineral ou soda. Com Estampas Iluminadas (l)	1798	12	2\$000	24\$000	2	4\$000
Alographia... Com estampas em preto (l)	1798	36	1\$600	57\$600	2	3\$200
De Rebus Rusticis Brasilicis (l)	1798	10	960	9\$600	2	1\$920
Cursos de estudos do comércio e fazenda (l)	1798	10	1\$200	12\$000	1	1\$200
<b>Total</b>		<b>1053</b>		<b>401\$400 (total das remessas)</b>	<b>42</b>	<b>25\$360<sup>30</sup></b>

Fonte: AHU-MA. Projeto Resgate, D. 8.242. 8.698 e 8.799.

Legenda: (f) folheto, (l) livro.

<sup>27</sup> Não localizei dados referentes à venda do *Mercúrio Britânico*.

<sup>28</sup> Noventa exemplares do tomo 2; 50 exemplares do tomo 1, parte 1, com estampas; e 50 exemplares do tomo 2, parte 1, com estampas iluminadas.

<sup>29</sup> Não há informações sobre quais tomos foram vendidos.

<sup>30</sup> O valor remetido em 22 de outubro de 1800 foi 24\$880. Cf. AHU-MA, D. 8.799 e 8.803. A diferença de 480 réis pode derivar de alguma distribuição gratuita ou desconto oferecido.



Assim como os já citados *Memória sobre a plantação dos algodões* e *O Fazendeiro do Brasil*, todos os títulos relacionados – exceto a *Instrução sobre a combustão de vegetais* – constam no Catálogo Comemorativo do Bicentenário do Arco do Cego<sup>31</sup> pelo critério de impressões realizadas sob a sua influência, e ressalta-se que as impressões na Oficina do Arco do Cego só tiveram início em 1799<sup>32</sup>. Note-se também que todas as publicações localizadas datam de 1798, exceto a *Memória da Caneleira*, de 1797, o que reforça a atualidade dos impressos disponibilizados e o desejo de que efetivamente circulassem<sup>33</sup>.

Dentre os títulos, cabe ressaltar o predomínio daqueles voltados para os saberes ligados à agricultura, forma de “levar as idéias fisiocráticas às colônias e difundir as luzes das ciências”<sup>34</sup>. Além de compêndios sobre a atividade agrícola – caso de *O Fazendeiro do Brasil*, de autoria do próprio Veloso –, chama a atenção a mescla entre impressos referentes a produtos já estabelecidos na capitania, como o algodão e a cana-de-açúcar, e aqueles voltados para culturas novas, e talvez promissoras, como a pimenta da Índia (*pipereira negra*) e a canela (*loureiro cinamomo*). De modo perspicaz, Robert Wegner captou esse movimento de apoio a culturas já conhecidas e de incentivo a novas culturas, a partir da análise do subtítulo de *O Fazendeiro do Brasil*, onde pode se ler: “melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto”<sup>35</sup>.

Aos gêneros “que se podem introduzir” era reservada, ainda, a prática de “repartir entre os habitantes” instruções sobre o seu cultivo. Mecanismo já observado aqui para o ano de 1798 e que continuou a existir paralelamente à venda dos impressos: em dezembro de 1800, Diogo de Sousa informava a Rodrigo Coutinho que cumprira suas ordens ao repartir os quatro exemplares da *Instrução sobre a cultura das batatas*<sup>36</sup> entre as pessoas que lhe pareceram “mais aplicadas à agricultura”<sup>37</sup>.

<sup>31</sup> As referências completas, acompanhadas de uma cópia do frontispício de todas essas publicações, podem ser consultadas no referido catálogo. Campos, *ibid.*, p. 199-233. A exceção fica por conta do título registrado como *Instrução sobre a combustão dos vegetais*, sobre o qual não obtive qualquer informação.

<sup>32</sup> Manuela Domingos observa que somente a partir de outubro de 1800 as publicações passaram a ser exclusivamente impressas na Oficina do Arco do Cego. *Ibid.*, p. 96.

<sup>33</sup> Lembre-se, também, que esses foram os anos em que Veloso compilou e traduziu diversas obras relacionadas ao Brasil. Cf. Leme, *ibid.*, p. 79.

<sup>34</sup> LUNA, *ibid.*, p. 147,

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 133.

<sup>36</sup> Trata-se de obra traduzida do inglês e impressa pela Oficina do Arco do Cego no mesmo ano de 1800. Campos, *idem.*, p. 169.

<sup>37</sup> AHU-MA, D. 8.832. É importante ressaltar que, inicialmente preocupado com a defesa do território, Portugal redimensionou a importância da região a partir da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755. Desde então, o incremento das lavouras de arroz e de algodão, e a utilização em larga

Ainda sob o subtítulo destacado por Wegner, salienta-se a questão das “fábricas” e do “melhor que se tem escrito a este assunto”. A política de impressão dirigida por Veloso dedicava-se também a outros campos de conhecimento, para além da agricultura. Ivana Veraldo, numa tentativa de catalogar os impressos enviados para a capitania de São Paulo no mesmo momento, classificou-os em *Botânica* (maior parte); *Mineralogia e Química*; *Animais*; *Medicina*; *História*; *Matemática*; *Engenharia e Arquitetura*; *Administração e Comércio*; *Religião*; e *Miscelânea*<sup>38</sup>.

Menos diversa do que os títulos analisados pela autora, a primeira remessa de livros enviada ao Maranhão resumia-se, praticamente, a títulos sobre Agricultura (ou Botânica) e a Mineralogia e Química, áreas de grande interesse de Veloso, tradutor, por exemplo, da *Alographia dos alkalis*, obra de fôlego que reuniu textos de referência de dezenas de autores europeus,

(...) para tratar do conhecimento científico e tecnológico necessário à fabricação do carbonato de potássio, conhecido como potassa. A intenção era disponibilizar um manual completo, suficiente para explicar aos leitores brasileiros as operações básicas para o aprimoramento das atividades da incipiente produção industrial<sup>39</sup>.

Os três tomos<sup>40</sup> da obra foram dedicados, respectivamente, a estudos sobre a potassa, a soda e o salitre, bases para a produção de vidro, adubo e pólvora, obtidos à época a partir da combustão de algumas plantas, temas também presentes em outros títulos da remessa, igualmente traduzidos por Veloso.

Dando continuidade à política de difusão desses saberes, uma nova remessa de impressos para a venda na Casa do Correio chegou ao Maranhão em dezembro de 1800.<sup>41</sup> Composta por 19 títulos e 294 exemplares, e mais modesta quanto aos valores envolvidos (totalizava 158\$850 réis, contra 401\$400 da primeira), essa remessa trazia como novidades títulos impressos na Oficina do Arco do Cego naqueles dois anos,<sup>42</sup> além de outros, publicados sob a sua influência, e também novos exemplares de títulos já enviados anteriormente.

---

escala de escravos africanos, inseriu mais efetivamente a economia maranhense no mercado atlântico, situação não alterada com a extinção da Companhia, em 1778.

<sup>38</sup> O comércio de impressos na capitania de São Paulo (1797-1802): uma estratégia civilizadora e educativa. *Revista HISTEDBR*. On-line, Campinas, n.18, p. 10-18, jun. 2005.

<sup>39</sup> LUNA, *ibid.*, p. 148.

<sup>40</sup> Fernando Luna nos informa que “a seção final da *Alographia*..., denominada Flora Alográfica, não é mais uma tradução e sim um estudo de autoria do próprio Veloso”. *Idem.*, p. 149.

<sup>41</sup> Em 23 de outubro, o governador Diogo de Sousa acusava o recebimento da relação de livros, mas informava não tê-los recebido, situação contornada somente em 13 de dezembro, quando os livros efetivamente chegaram. Ver AHU-MA, D. 8.803 e 8.850.

<sup>42</sup> A relação dos livros veio assinada pelo frei Veloso. Cf. AHU-MA, D. 8.803.

**Tabela 3 - Livros recebidos pela Casa do Correio em 1800**

<b>Título<sup>43</sup></b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Preço unitário (em réis)</b>	<b>Valor total (em réis)</b>
<u>Considerações cândidas e imparciais sobre a natureza e o comércio do açúcar</u>	1800	40	1\$000	40\$000
<u>História nova e completa da América</u>	1800	30	480	14\$400
<u>Memória sobre a cultura e produtos da cana-de-açúcar</u>	1800	30	600	18\$000
Cultura americana	1799	3	1\$800	5\$400
A ciência das sombras relativas ao desenho	1799	6	960	5\$760
Construção e análise de proposições geométricas (Arquitetura Naval)	1798	3	1\$200	3\$600
Cálculo das pensões vitalícias	1797	3	1\$200	3\$600
<u>Memória sobre a cultura dos algodoeiros</u>	1799	3	600	1\$800
Gumas iluminadas (sic)	?	6	1\$200	7\$200
Gumas pretas (sic)	?	6	800	4\$800
<u>Arte de fazer a cola forte<sup>44</sup></u>	1799	25	400	10\$000
Manual do Mineralógico	1799	6	2\$400	14\$400
Carta de massas <sup>45</sup> (sic)	Título não localizado	60	25	1\$500
<u>Naturalista instruído</u>	1800	50	200	10\$000
Helminologia portuguesa	1799	3	1\$200	3\$600
<u>Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres</u>	1800	25	150	3\$750
Combustão dos <sup>46</sup> vegetais	Título não localizado	12	60	720
Extrato acerca do método de se fazer nitrato de potassa ou salitre	1798	12	60	720
O Fazendeiro do Brasil, tomo 1, parte 2	1799	6	1\$600	9\$600
			<b>Valor total da remessa</b>	<b>158\$850</b>

Fonte: AHU-MA, D. 8.803 e 8.850.

<sup>43</sup> Os títulos sublinhados indicam as impressões feitas pela Oficina do Arco do Cego. Campos, *ibid.*, p. 139-198; aqueles que não estão sublinhados, mas possuem o ano de publicação, compõem o já citado *Catálogo* organizado por Campos, *idem.*, p. 199-243, pelo critério de publicações vinculadas de algum modo à experiência da Casa Literária do Arco do Cego; por fim, diferentemente da remessa anterior, não existe aqui a distinção entre livros e folhetos.

<sup>44</sup> Curiosamente, esse título foi impresso na Oficina do Arco do Cego, mas não consta no *Catálogo* de publicações aqui utilizado.

<sup>45</sup> Possivelmente, cartas de jogar.

<sup>46</sup> Provavelmente, trata-se da *Instrução sobre a combustão de vegetais*, título presente na remessa anterior, cuja referência não foi localizada.

Infelizmente, não localizei registros sobre a contabilidade dessa remessa, tampouco outros registros que ofereçam mais subsídios sobre o conjunto dessa movimentação<sup>47</sup>.

César Augusto Marques, escrevendo em 1870, faz alusão a um ofício que Diogo de Sousa teria escrito em 9 de novembro de 1802 afirmando

que a extração dos livros dificilmente poderia ter o êxito que se desejava, atenta a indiferença, ou para melhor dizer, a repugnância destes povos a toda a qualidade de aplicação literária, e que a venda dos livros na casa do administrador pouco excedeu a 20\$000 réis<sup>48</sup>.

Ao se confiar em tal registro,<sup>49</sup> resta saber se o governador fazia referência ao montante arrecadado desde o ano de 1799 (25\$360 réis para 1799 e 1800) ou somente à remessa do ano de 1800, avaliada em 158\$850 réis e sobre a qual não obtive informações sobre a venda. De todo modo, a quantidade de livros vendidos pode parecer pouco significativa, ou talvez os remetentes tenham superestimado a capacidade da capitania em absorver um montante que, somados os livros e folhetos, ultrapassava mil exemplares, número elevado para uma capitania pouco numerosa<sup>50</sup> e uma sociedade historicamente marcada pelo acesso restrito à leitura e pouco afeita ao conhecimento técnico que agora se difundia.

A experiência da Casa Literária do Arco do Cego foi extinta pelo Decreto de 7 de dezembro de 1801, com seu patrimônio e contabilidade incorporados à Imprensa Régia.<sup>51</sup> Tal

<sup>47</sup> Em junho de 1801, o governador informava Coutinho que recebera uma relação de livros, com seus respectivos preços, assinada pelo frei Veloso, e que tais livros seriam colocados à venda “quando eles chegarem”. AHU-MA, D. 8.999.

<sup>48</sup> *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. 3 ed. São Luís: Edições AML, 2008 (Notas e apuração textual de Jomar Moraes), p. 389.

<sup>49</sup> Esse documento não foi localizado no Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, base aqui utilizada como fonte para as correspondências trocadas entre as autoridades coloniais e metropolitanas. Mario Meireles fez referência ao mesmo documento, acrescentando outro, de 2 de agosto de 1799, em que o governador apontara para a necessidade de um regulamento que proporcionasse maior rentabilidade à venda de livros. Curiosamente, observou que até aquele momento haveria um déficit de 2:401\$478 réis. Esse documento também não foi localizado. MEIRELES, Mário Martins. *Dom Diogo de Sousa, Governador e Capitão-General do Maranhão e Piauí (1798-1804)*. São Luís: SIOGE, 1979, p. 63.

<sup>50</sup> São poucas as informações sobre a população da capitania nesse momento. Em 1787, um estudo encomendado por José Telles da Silva a calculou em pouco mais de 60.000 habitantes, dos quais 16.603 viveriam em São Luís. O mesmo autor calculou em menos de um terço a população branca da capitania. SILVA, José Telles da. *Mappa das cidades, vilas, lugares e freguesias das capitânicas do Maranhão e Piauí com o numero em geral dos abitantes das ditas capitânicas e em particular de cada uma das referidas distancias em ficam da capital: vindo-se pelas notícias dos mortos e nascidos, no conhecimento do augmento da população, desde XIII de fevereiro de MDCCLXXXIII athe 17 de dezembro de MDCCLXXXVII, que foi o tempo que as governou José Telles da Silva*. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Acervo Digital.

<sup>51</sup> Os livros contábeis registram a movimentação ainda referente ao Arco do Cego até o ano de 1803. Manuela Domingos, de posse desses registros, dá informações sobre a receita gerada pela venda de livros em quatro localidades do Brasil, sem fazer alusão ao Maranhão. *Ibid.*, p. 103.

fato dificulta o avanço das pesquisas sobre a destinação dos livros remetidos e não vendidos pela Casa do Correio de São Luís, bem como da receita gerada pelas vendas. Essas informações possibilitariam um acompanhamento das vendas e, quiçá, indicariam a gradativa incorporação dessa literatura entre os habitantes da capitania.

Embora os livros publicados pelo Arco do Cego constituíssem, até o ano de 1823, “o único fundo editorial da Impressão Régia de Lisboa, e sua única fonte de renda”,<sup>52</sup> são poucos os registros de remessa desses livros para o Maranhão nos anos seguintes. Para o ano de 1802, por exemplo, consta que o religioso Marcos José de Mattos se deslocou para o Maranhão com 7 volumes de *O Fazendeiro do Brasil*<sup>53</sup> (ANTT, RMC, cx. 159). No cômputo geral, as remessas de livros para o Maranhão que passaram pelo crivo da Real Mesa Censória nos anos seguintes<sup>54</sup> mantiveram-se frequentes, mas, evidentemente, sem os propósitos intentados por homens como Sousa Coutinho e o frei Veloso.

### **Para além dos impressos do Arco do Cego**

A imagem de uma sociedade pouco afeita ao letramento e incapaz de absorver uma variedade de títulos estratégicos para o desenvolvimento do Império pode ser contraposta a partir de outras formas de acesso aos impressos e, porque não, pelo interesse por outras leituras, relativizando a “repugnância a toda qualidade de aplicação literária”, que teria sido notada pelo governador da capitania.

A documentação da Real Mesa Censória, preservada pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, revela a existência de, pelo menos, 21 remessas de impressos para o Maranhão no ano de 1799, 7 no ano de 1800 e 12 em 1801,<sup>55</sup> movimento também presente em outras capitanias.

Motivada por interesses diversos: deslocamento de bibliotecas particulares de funcionários régios ou de estudantes de Coimbra; difusão de literatura religiosa entre os fieis; ou práticas comerciais que abrangiam um catálogo variado,<sup>56</sup> essa movimentação

---

<sup>52</sup> MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979, p. 76.

<sup>53</sup> ANTT, RMC, cx. 159.

<sup>54</sup> Segundo Manuela Domingos, os impressos editados à época por Veloso não eram submetidos ao crivo do Desembargo do Paço ou da Academia das Ciências. *Ibidem.*, p. 91-106.

<sup>55</sup> Em projeto de pesquisa financiado pela CAPES e pelo CNPq, contabilizamos 336 remessas de livros de Lisboa para São Luís, entre os anos de 1776 e 1832.

<sup>56</sup> Prática suposta pelo elevado número de exemplares dos mesmos títulos, característica de algumas dessas remessas, além da recorrente presença dos mesmos destinatários, caso de Manoel Antonio Teixeira da Silva, cuja atuação mercantil foi analisada no recente trabalho de Romário Sampaio Basílio. *Impressos e mercadores ao*

compreendeu, além de folhinhas de reza, missais e jornais como o *Mercúrio*, a *Gazeta Portuguesa* e o *Almocreve de Petas*, mais de 350 títulos, totalizando alguns milhares de exemplares, apenas no triênio 1799-1801<sup>57</sup>.

Embora minoritários, alguns títulos sobre História Natural, Química e Agricultura também constam nessas remessas, como as obras: *Systema Naturae*, de Lineu; *Chymie*, de Antoine Forercroy; *Chimica*, de Antoine Baumé; *Éléments d'agriculture*,<sup>58</sup> de Henri-Louis Duhamel; e o *Dictionnaire raisonné universel d'histoire naturelle*, de Valmont de Bomare – todas publicadas em francês<sup>59</sup>. O próprio governador Diogo de Sousa, salienta-se, formado em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra, mantinha em sua biblioteca particular, títulos como *Elementos de Agricultura* (quicá seja o mesmo exemplar registrado acima), *Curso de Matemática*, de Bézout e *Astronomia Náutica*, de Maupertuis, além de um exemplar do *Espírito da Leis*, de Montesquieu<sup>60</sup>.

### **Em torno dos impressos: correspondências e relatórios de viagem**

Além de serem vendidos ou distribuídos gratuitamente, os impressos que circularam na capitania na virada para o oitocentos também serviram às expedições científicas, que sob a órbita de Rodrigo de Sousa Coutinho, exploraram as potencialidades do Império português, compondo um conjunto simultâneo e articulado em torno de interesses agrícolas e minerais, envolvendo produtos como a quina, a caneleira, o linho, o cânhamo, o salitre e a cochonilha. Nessa articulação, tais produtos podem ser vislumbrados entre os títulos dos impressos enviados para as capitanias, nas correspondências entre as autoridades e na experiência das expedições, que remeteram para a metrópole amostras descritas à luz do conhecimento em circulação.

---

*mar: Luzes e sombras entre Portugal e o Maranhão (1768-1826)*. Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2014.

<sup>57</sup> Para o mesmo período, Gilda Maria Whitaker Verri realizou um levantamento sobre as obras enviadas para a capitania de Pernambuco e que passaram pelo crivo da real Mesa Censória. Chama a atenção a similitude entre os títulos enviados para as duas capitanias, semelhança provavelmente extensiva às demais capitanias. *Tinta sobre papel*. Livros em Pernambuco no século XVIII (1769-1807). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

<sup>58</sup> Na solicitação feita a Real Mesa Censória, o título aparece apenas como *Agricultura*.

<sup>59</sup> Cabe aqui reiterar a atuação do frei Veloso e do grupo de letrados em seu entorno como tradutores e, também por esse viés, difusores do conhecimento em língua portuguesa. Segundo Alessandra Ramos de Oliveira Harden, Veloso traduziu, entre 1797 e 1805, pelo menos 20 obras, além de supervisionar a tradução de outras 30... Brasileiro tradutor e / ou traidor: Frei José Mariano da Conceição Veloso. *Cadernos de Tradução*, v. n. 23, 2009, p. 134-135. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2009v1n23p131>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

<sup>60</sup> A relação completa dos títulos remetidos por Diogo de Sousa de São Luís para Lisboa, em seu regresso à metrópole pode ser consultada em ANTT, *Requerimentos para entrega de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão ou na Secretaria da Mesa 1768-1826*.

No Maranhão, uma expedição chefiada por Vicente Jorge Dias Cabral e pelo padre Joaquim José Pereira, conhecido como Vígário de Valensa,<sup>61</sup> explorou o sertão da capitania entre setembro de 1799 e dezembro de 1802, com especial interesse nas informações sobre o salitre e a quina<sup>62</sup>.

Durante a expedição, em dois momentos, Cabral e Pereira recorreram às autoridades solicitando livros que subsidiassem suas observações.

Em 11 de março de 1801, o governador da capitania ordenava ao “Correio Mor desta Cidade encarregado da venda dos livros” que entregasse a Vicente Jorge Dias Cabral “2 Volumes da Mineralogia de Bergman, Memoria de Manuel d’Arruda sobre os Algodoeiros,<sup>63</sup> Quinografia Portugueza e 1 Jogo do Manual Mineralogico”.<sup>64</sup> Tal ordem transparece dois aspectos importantes: o primeiro, a venda na Casa do Correio de livros não localizados nessa pesquisa, como a *Quinografia portuguesa ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinias*, de autoria do frei Veloso, publicada em 1799;<sup>65</sup> o segundo, a visualização de um circuito de articulações que envolvia impressão, venda, distribuição, troca de correspondências sobre conhecimentos científicos e expedições exploratórias.

Em 19 de junho de 1801, o padre Joaquim José Pereira escreveu ao Visconde de Anadia<sup>66</sup> pedindo dezenas de títulos, entre dicionários, enciclopédias, memórias da Academia

---

<sup>61</sup> Alguns dados biográficos sobre os personagens podem ser consultados em BONATO, Tiago. Estudo metodológico de relatos científicos e de viagem no iluminismo português: dois viajantes pelo sertão nordestino. In: *Textos das comunicações apresentadas na VII Jornada Setecentista*. Curitiba, 2007, p. 28-36. Disponível em <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Estudo-metodologico-de-relatos-cientificos-e-de-viagem-Tiago-Bonato.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

<sup>62</sup> Em 23 de agosto de 1798, o então governador Fernando Antonio de Noronha enviou a Coutinho amostras de quina, tabaco, salitre e casulos de seda silvestre. Cf. AHU-MA, D. 8.078. A quina, árvore de propriedade antifebril, foi descoberta no Maranhão em 1787, conforme comunicado pelo governador José Teles da Silva. Cf. AHU-MA, D. 6.060; já a primeira amostra de salitre da capitania foi enviada à Coroa em 15 de abril de 1794. Cf. AHU-MA, D. 7.063. Na correspondência enviada por Diogo de Sousa a Coutinho, em agosto de 1799, transparece também o objetivo da expedição de realizar “circunstanciadas averiguaoens sobre o cânhamo silvestre e colesão das arvores, ou plantas que poderem servir a fabricar papel” AHU-MA, D. 8.379. Os resultados da expedição de Cabral e Pereira podem ser consultados em vários registros, dentre eles: AHU-MA, D. 9.555 e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos I - 12, 2, 11.

<sup>63</sup> Escrito pelo naturalista pernambucano Manuel Arruda da Câmara, que à época realizou uma expedição pelo sertão nordestino. Cf. BONATO, *Ibid.*, p. 255. Autores, viajantes e impressos parecem se conectar de várias maneiras nesse momento.

<sup>64</sup> Arquivo Público do Estado do Maranhão APEM, livro 51, doc. 58, p. 13v.

<sup>65</sup> Os volumes sobre mineralogia do sueco Torbern Olof Bergman foram traduzidos para o português em 1799, e publicados sob a orientação do frei Veloso. Já o impresso *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre methodo de o escolher, e ensacar...*, de Manuel Arruda da Câmara, foi impresso em 1799, na Tipografia do Arco do Cego.

<sup>66</sup> Título de João Rodrigues de Sá e Melo, que substituiu Coutinho na secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, em 1801.

de Ciências de Lisboa, além daqueles classificados como *Química, Mineralogia, Systema e Obras várias*<sup>67</sup>.

Essa articulação entre os saberes aqui conectados teve no governador Diogo de Sousa uma figura-chave. Para Tiago Bonato<sup>68</sup>, Sousa atuou como “mediador entre os naturalistas e a Coroa”, prestando todo o auxílio para a expedição de Cabral e Pereira, missão que o obrigou a se dividir entre as tarefas de “governar a capitania e colaborar com a missão científica da Coroa portuguesa nos territórios brasileiros”. Tal assertiva pode ser corroborada não apenas pela formação acadêmica do governador, já observada, como também pela sua inserção nas engrenagens destacadas até aqui.

Escrevendo para Coutinho em junho de 1800, Diogo de Sousa informava que colocaria os livros à venda “depois de serem lidos, como V. Exa. Determina”<sup>69</sup>. Sobre uma dessas leituras, do impresso *Construção e análise de proposições geométricas e experiencias practicas que servem de fundamento à Arquitetura Naval...*<sup>70</sup>, o governador teceu comentários, enviados a Coutinho. Sucintamente, observou que a obra lhe parecia “muito científica”, embora carecesse de algumas correções<sup>71</sup>. Em setembro de 1800, o governador sugeriu a Coutinho um novo elemento a esse circuito: a criação, na capitania, de uma cadeira de História Natural e Química<sup>72</sup>.

Mais que um mediador, Diogo de Sousa não se limitou a apoiar a expedição, ou a remeter os produtos coletados, acompanhados de descrições botânicas, para Portugal.<sup>73</sup> Em 25 de setembro de 1800, ao enviar para Sousa Coutinho “canudo de lata incluindo os desenhos, ramos dessecados, e descrições Botânicas das Plantas, de que fala o Bacharel Vicente Jorge Dias Cabral”, comentou que as descrições de Cabral referentes a “quatro diferentes espécies de Velame” ignoravam as considerações já feitas por Manoel Arruda da Câmara, em sua *Memória sobre os Algodoeiros*; no mesmo documento, observou que as considerações de Cabral sobre a quina concluíam a “antecipada reflexão” feita pelo frei Veloso na p. 160 da sua

<sup>67</sup> AHU-PI, D. 1.262. Maria Beatriz Nizza da Silva relacionou alguns autores cujas obras seriam obrigatórias nas bagagens dos viajantes daquele momento: Lineu, Tournefort, Bomare, Valerius, Brisson, Réaumur, Marcgraf e Piso. Esses autores não tiveram suas obras traduzidas pelo projeto do Arco do Cego, mas como já observado, alguns de seus livros circularam pela capitania do Maranhão, como o *Dictionnaire raisonné universel d'histoire naturelle*, de Valmont de Bomare e o *Systema Naturae*, de Lineu. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 36.

<sup>68</sup> *Ibid.*, p. 257.

<sup>69</sup> AHU-MA, D. 8.689.

<sup>70</sup> De George Atwood, traduzida do inglês por Antonio Pires da Silva Pontes e impressa em 1798, sob as ordens do frei Veloso.

<sup>71</sup> AHU-MA, D. 8.259.

<sup>72</sup> AHU-MA, D. 8.767. As aulas régias também abrigavam os letrados em movimento nesse período. Já em 1802, Vicente Jorge Dias Cabral se apresentava como professor régio da cadeira de Retórica em São Luís do Maranhão. AHU-MA, D. 9.557.

<sup>73</sup> Ver AHU-MA, D. 8.654 e 8.759.



*Quinografia Portuguesa*. Talvez por essas observações, o governador tenha tomado a decisão de entregar, como já observado, um exemplar de cada um desses livros para Cabral<sup>74</sup>.

Em 14 de outubro de 1800, o governador acusou o recebimento de cinco exemplares de uma carta escrita pelo naturalista João Manso Pereira, sobre a nitreira artificial estabelecida na vila de Santos. Em seguida, informou a Coutinho que lera a carta, combinando-a com os princípios da memória de Chaptal e de artigo da *Encyclopedia Methodica* sobre o mesmo objeto, e tentando aplicar tais conhecimentos na criação de uma nitreira na capitania “de que rezulte interece digno de consideração”<sup>75</sup>. É importante registrar que o francês Jean Antoine Chaptal é o autor do *Extrato acerca do método de se fazer nitrato de potassa ou salitre*, traduzido e impresso pelo frei Veloso, e enviado para venda na capitania do Maranhão. Já a *Encyclopedia Methodica*, obra de referência, constava entre os títulos solicitados pelo padre Pereira em junho de 1801.

### **Para concluir: os mesmos impressos, em outras praças**

A política de D. Rodrigo caracterizou-se pela crença de que a cultura tecnocientífica, disseminada na colônia por meio de livros e folhetos, contribuiria para o desenvolvimento de suas produção naturais. E, a partir de 1798, iniciou o envio de impressos e memórias que deveriam ser distribuídos pelas câmaras das capitanias e pelos comandantes dos distritos<sup>76</sup>.

No final da década de 1960, em um trabalho pioneiro, Maria Odila Silva Dias<sup>77</sup> observava que *O Fazendeiro do Brasil* fora sistematicamente enviado para as capitanias e seus exemplares “distribuídos entre os lavradores dos confins do sertão da colônia”<sup>78</sup>. Na década seguinte, e tratando de capitanias mais populosas e articuladas à economia agroexportadora, como Bahia e Pernambuco, Rubens Borba de Moraes registrou a venda e a repercussão desses impressos: “Cento e dez exemplares das memórias sobre o açúcar foram vendidos aos agricultores do Recife, Igarauçu e Serinhaém, a mil réis o exemplar”; na Bahia, segundo o mesmo autor, foram vendidos 125 exemplares da mesma *Memória*<sup>79</sup>.

<sup>74</sup> AHU-MA, D. 8.759.

<sup>75</sup> AHU-MA, D. 8.787.

<sup>76</sup> Silva. *Ibid.*, p. 76.

<sup>77</sup> *Ibid.*, p. 120.

<sup>78</sup> Manuela Domingos registrou a impressão de 9.500 exemplares dessa obra, entre junho de 1799 e julho de 1801. *Ibid.*, p. 97.

<sup>79</sup> *Ibid.*, p. 78-79. Para as duas capitanias, o autor também observou a movimentação em torno dos experimentos suscitados pelas novas técnicas.

Em trabalhos mais recentes, Luiz Carlos Villalta<sup>80</sup> registrou a remessa de títulos similares aos aqui apresentados, para a venda em Minas Gerais e Goiás; tarefa também realizada por Felipe Matos para as remessas enviadas a Santa Catarina<sup>81</sup>.

Sobre a experiência com a venda desses impressos na capitania de São Paulo, o já citado trabalho de Ivana Veraldo envereda pela contabilidade do negócio, permitindo algumas aproximações com as tabelas apresentadas nesse artigo. Para o ano de 1802, a autora observa que dos 270 exemplares de *O Fazendeiro do Brasil* enviados para a capitania, apenas 11 foram vendidos; noutro exemplo, dos 32 exemplares de *Cultura e opulência do Brasil*, obra rara de Antonil, reeditada por Veloso, ainda restavam 28<sup>82</sup>.

As queixas dos governadores das duas capitanias também se assemelhavam: se o governador Diogo de Sousa considerou a população da capitania “indiferente à aplicação literária”, o governador de São Paulo Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, escrevendo em 1800, definiu como “negligente e descuidado” o cultivo das artes e das ciências pela população de sua capitania: “não há quem se anime a comprar um só livro, de maneira que muitos dos que se tem espalhado, têm sido dados por mim”<sup>83</sup>.

Por fim, os números já levantados para o Rio de Janeiro e analisados por Maria Beatriz Nizza da Silva<sup>84</sup> transparecem a crença de que a sede do vice-reinado poderia funcionar como centro difusor da política do ministro Coutinho. Entre janeiro de 1798 e setembro de 1800, a autora localizou pelo menos 12 remessas de impressos, totalizando mais de 3.400 exemplares, com dezenas de títulos, muitos deles similares aos localizados nesta pesquisa.

---

<sup>80</sup> *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: Usos do livro na América Portuguesa*. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999, p. 223.

<sup>81</sup> A circulação dos livros da Tipografia do Arco do Cego em Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis, século XVIII). *Textos da VII Jornada Setecentista*. Curitiba: Cedope, 2007, p. 202-210.

<sup>82</sup> Ibid.

<sup>83</sup> Apud DIAS, Ibid., p. 158-159. Robert Wegner observou que o referido governador, desanimado com a venda dos livros, sugeriu a Rodrigo Coutinho que fossem distribuídos gratuitamente e que o prejuízo fosse coberto pelo recém criado imposto do Subsídio Literário, cujo objetivo era o pagamento de professores. Ibid., p. 137-138.

<sup>84</sup> Ibid., p. 291-301.